

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL REFERENTE AO 1º TRIMESTRE DE 2026 DA ARM – ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S.A.

Introdução

O presente parecer é apresentado no âmbito do processo de relato do Conselho de Administração da ARM - Águas e Resíduos da Madeira S.A.(ARM) sobre o **Relatório de Execução Orçamental para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de março de 2026**, anexo a este parecer, o qual se destina a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 42º do DLR 15/2021/M, de 30 de junho, que aprova o regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

Responsabilidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração da ARM a preparação e apresentação da informação correspondente à Execução Orçamental trimestral. O Relatório relativo ao período em referência, designadamente o 1º trimestre de 2026, foi objeto em 12 de maio de 2026, de deliberação pelo Conselho de Administração e disponibilizado ao Conselho Fiscal da ARM.

É da competência dos titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais responderem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados e demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Adicionalmente, o Revisor Oficial de Contas da ARM, remeteu ao Conselho Fiscal o seu Relatório sobre o Relatório do Conselho de Administração da ARM relativo à Execução Orçamental do 1º trimestre de 2026 em 16 de junho de 2026, onde relata os procedimentos executados e respetivos resultados.

A responsabilidade do Conselho Fiscal consiste em apreciar quer o Relatório do Conselho de Administração, quer o Relatório do Revisor Oficial de Contas, efetuando um conjunto de

análises que lhe permitam concluir sobre a aderência do referido relatório face aos requisitos constantes da legislação em vigor, bem como da emissão do parecer por parte do Revisor Oficial de Contas.

Âmbito

No âmbito das competências que são conferidas, e tendo em vista a elaboração do presente parecer, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Sociedade, nomeadamente através de interação com os serviços, bem como através da análise da documentação por estes elaborada, com especial incidência na análise dos dados de execução orçamental reportados no relatório do 1º trimestre, no sentido de proporcionar ao Conselho Fiscal uma base aceitável para o parecer a emitir.

Após a análise, destacam-se as seguintes observações:

1. Demonstração de Resultados

- O volume de negócios apresentou um desvio positivo de 21,1% face ao orçamentado, em resultado do aumento das tarifas e volumes faturados.
- O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) foi de 0,6€, mais 0,09M€ face ao período homólogo de 2025 (1,6%) e inferior em 0,58€ face ao orçamentado (-49,1%).
- Os Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 2,59M€, registando um decréscimo de 1,93€ (-42,7%) face ao orçamentado. Relativamente ao período homólogo de 2025, a variação foi de um aumento na ordem dos 0,46M€ (21,5%).
- Os Gastos com Pessoal, apresentaram um desvio de -4,8% face ao orçamentado, e de +6,0% face ao período homólogo decorrente da atualização do salário mínimo regional, da alteração da posição retributiva por antiguidade, do aumento do subsídio de insularidade, da passagem a quadro dos trabalhadores sazonais da rega e da 3ª revisão do Acordo de Empresa. Relativamente à diminuição do valor face ao orçamentado deve-se ao elevado absentismo e ao adiamento de novas contratações previstas no PAO 2026-2030.

2. Balanço

- O Ativo total fixou-se em 516,5M€, inferior em 1,05M€ (-0,2%) face ao período homólogo de 2025, e inferior ao orçamentado em 9,2M€ (-1,8%).
- O Capital Próprio atingiu 189,2M€, tendo diminuído 2,86M€ face ao ano de 2025 e 1,5M€ face ao orçamentado, decorrente do resultado líquido apurado no 4º trimestre de 2025 e outras variações do capital próprio.
- O Passivo totalizou 327,3M€, dos quais 19,93€ de Passivo Corrente e 307,4M€ de Passivo não Corrente.

3. Fluxos de Caixa

- O saldo de caixa situou-se em 32,45M€, do qual, 15,8M€ estão afetos exclusivamente às contas bancárias dos Fundos Comunitários, não podendo ser movimentado para outros fins.
- Registou-se um aumento dos recebimentos de clientes face ao orçamentado (+25,4%) e ao período homólogo (26,5%), decorrente do aumento das vendas e serviços prestados e do recebimento de 3 prestações relativas ao acordo de pagamento, efetuado com o Município do Funchal.
- Os pagamentos a fornecedores diminuíram 3,04M€ face ao orçamentado (-51,0%) e 1,4€ face ao período homólogo (-32,4%).
- Os recebimentos provenientes de subsídios ao investimento foram de 5,4M€, superiores em 2M€ face ao período homólogo e inferior em 5,6M€ face ao orçamentado.

4. Indicadores Operacionais

Os indicadores operacionais analisados incluem o fornecimento de água em alta, a distribuição em baixa, a recolha e valorização de resíduos em baixa, a valorização e tratamento de Resíduos em Alta e a produção de energia.

4.1. Fornecedor de Água em Alta

O fornecimento de água em alta aos municípios não aderentes à ARM registou um acréscimo 289 m³ (3,2%) face ao período homólogo de 2025. O volume fornecido de água foi 12,1% superior ao orçamentado para o primeiro trimestre de 2026.

Salienta-se que o EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) projetava menores necessidades de abastecimento devido à redução das perdas reais de rede, resultantes de investimentos em renovação de infraestruturas. Contudo, essa redução ainda não se verificou em alguns municípios, mantendo-se volumes de fornecimento acima do previsto.

4.2. Distribuição de Água em Baixa

No primeiro trimestre de 2026, a distribuição de água em baixa aos municípios aderentes registou um acréscimo de 30.679 m³ (2,4%) em comparação com 2025. Este valor foi superior em 7,2% ao valor orçamentado para o período, possivelmente resultado do aumento da atividade turística da Região.

4.3. Recolha de Resíduos em Baixa

A recolha de resíduos indiferenciados nos municípios aderentes aumentou 172 toneladas (+2,4%) face ao mesmo período de 2025. Relativamente à recolha de resíduos passíveis de reciclagem registou um acréscimo de 98 toneladas (8,9%).

No total, a quantidade de recolha de resíduos ultrapassou em 18,2% o valor orçamentado para o primeiro trimestre de 2026.

4.4. Valorização e Tratamento de Resíduos em Alta

A receção de resíduos indiferenciados para incineração aumentou 351 toneladas (1,8%) face a 2025, enquanto a deposição de resíduos em aterro sofreu um decréscimo de 52 toneladas (-10,5%).

A quantidade de resíduos rececionados para incineração e aterro, proveniente dos municípios não aderentes à ARM, S.A., foi superior em cerca de 20,4% face ao valor orçamentado para o mesmo período do ano de 2026, resultante da recuperação económica que se tem assistido no período pós pandemia, o que inevitavelmente conduz a um aumento dos resíduos indiferenciados.

Com efeito, o EVEF da ARM preconizava que, após a pandemia, apenas em 2025 se atingissem as quantidades de resíduos tratadas em 2019. No entanto, como a retoma económica foi mais rápida e mais acentuada, os valores previstos no EVEF são inferiores aos valores reais.

No que respeita aos resíduos hospitalares, verificou-se um acréscimo de 15 toneladas (9,7%) face a 2025 e de 41,1% acima do orçamentado para o 1 trimestre de 2026.

4.5. Energia Produzida

A produção de energia elétrica de origem termoelétrica e hídrica aumentou 1.084 MWh (6,3%) relativamente a 2025. A energia elétrica vendida à EEM, S.A. face ao período homólogo de 2025 aumentou 846 MWh (6,0%).

Os valores superaram em 27,1% o orçamentado para o primeiro trimestre de 2026, devido ao maior volume de resíduos incinerados em relação às projeções.

5. Investimentos

No primeiro trimestre de 2026, o investimento realizado atingiu o montante de 4,41M€ correspondente a 11,52% do valor total previsto para o ano de 2026 (38,3M€ aprovado).

Relativamente ao período homólogo de 2025, a taxa de execução do Plano de investimentos em 2025 é superior em 3,1M€.

O Relatório de Execução Orçamental enumera em detalhe os atrasos e fatores limitadores da execução do plano de investimentos em causa, que derivam de razões diversas, nomeadamente: atrasos administrativos e constrangimentos de contratação pública, falta de enquadramento em fundos comunitários e atrasos no arranque de trabalhos, entre outros.

Contudo, e comparativamente ao valor realizado no período homólogo de 2025, este é superior em 237,3%.

Parecer

Face ao exposto, nada chegou ao conhecimento do Conselho Fiscal que leve este Órgão a questionar a execução orçamental realizada, reportada ao período compreendido de 01 de janeiro a 31 de março de 2026, conforme Relatório preparado pelo Conselho de Administração.

O Conselho, contudo, recomenda especial atenção à execução do plano de investimentos e à atualização atempada do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (EVEF), de forma a assegurar a sustentabilidade futura da ARM, conforme tem vindo a ser reportado nos anteriores pareceres sobre a execução orçamental.

No entanto, e embora essa revisão esteja em curso, o desempenho da ARM no primeiro trimestre de 2026 foi positivo face às projeções do PAO 2026-2030 quer por via do acréscimo de volume de negócio comparativamente ao estimado, quer pela contenção de gastos.

Funchal, 16 de junho de 2026

O CONSELHO FISCAL

Maria Ema de Assunção Palma

Presidente do Conselho Fiscal

Jean Diego de Freitas

Vogal do Conselho Fiscal

Ricardo Nuno Abreu de Nóbrega

Vogal do Conselho Fiscal